

ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA.

CURSO DE PSICOLOGIA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

Janaína é psicóloga jurídica e começou a atuar como perita em casos judiciais. O primeiro caso em que atuou foi o de Marcos – 25 anos, em virtude da alegação de insanidade mental – o qual foi convocada a depor em juízo. Por ser sua primeira convocação, ficou bastante apreensiva sobre os limites do que poderia ou não relatar. O advogado de defesa de Marcos pediu para que Janaína revelasse todas as informações obtidas nas sessões de atendimento, inclusive as sigilosas, argumentando que elas seriam imprescindíveis para comprovar que Marcos, ao cometer o homicídio de sua esposa, não tinha discernimento sobre o que fazia, em decorrência de ser usuário de drogas. Com base no Código de Ética do Psicólogo, considerando o que Janaína irá falar durante o depoimento, é correto afirmar que:

- Ela jamais poderá quebrar o sigilo profissional.
- Ela deve manter o sigilo e esclarecer os limites éticos de sua profissão. – **OPÇÃO CORRETA**
- O sigilo pode ser quebrado quando solicitado previamente por qualquer das partes.
- Ela deve acatar o que foi solicitado pelo advogado de Marcos, considerando ter sido convocada judicialmente, e quebrar o sigilo profissional.

Questão 02

Carlos Alberto, psicólogo, atua em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e está acompanhando uma paciente, Ana Carolina, que relatou recentemente ter sido agredida verbalmente e ameaçada por seus vizinhos, em função do diagnóstico de transtorno de esquizofrenia e pelo fato de ter saído de uma internação de longa duração. Segundo Ana Carolina, os vizinhos acreditam que ela deveria permanecer internada por representar um risco para as pessoas. Com base nas disposições sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, analise as afirmativas a seguir.

- Carlos Alberto deverá incentivar Ana Carolina a se afastar do convívio comunitário, para que as agressões verbais não sejam gatilhos para crises psicológicas.
- Carlos Alberto deverá informar para Ana Carolina sobre o fato de que esses discursos preconceituosos acontecerão, mas, por se tratar de pessoas externas ao CAPS, não são assuntos de competência da equipe de saúde mental.
- Após desospitalização, a equipe que está acompanhando Ana Carolina deverá assegurar a ela a reabilitação psicossocial assistida, visando à sua reintegração social à vida em comunidade.
- É direito de Ana Carolina receber por parte dos profissionais de saúde que a acompanham o maior número de informações possíveis quanto ao transtorno diagnosticado, bem como de seu tratamento.

Está correto o que se afirma apenas em

- I e II.
- **III e IV. – OPÇÃO CORRETA**
- I, II e IV.
- II, III e IV.

Questão 03

João Carlos é paciente com transtorno mental e ficou internado, involuntariamente, em um hospital geral em um momento de crise psiquiátrica. Considerando o que é preconizado sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, analise as afirmativas a seguir.

- I. João Carlos deverá receber, durante a internação, atendimento médico, psicológico, de assistência social, dentre outros que se fizerem necessário.
- II. A decisão sobre a alta é exclusiva do médico, não envolvendo a participação dos demais membros da equipe multiprofissional e nem por solicitação da família ou responsável por João Carlos.
- III. A alta só pode ser decidida judicialmente, independentemente da evolução clínica de João Carlos.
- IV. A família pode manter João Carlos internado mesmo sem recomendação clínica ou determinação judicial.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- **I, apenas. – OPÇÃO CORRETA**
- II e III, apenas.
- III e IV, apenas.

Questão 04

Carla é psicóloga clínica e utiliza as redes sociais para falar sobre temas da psicologia. Em função de uma postagem que viralizou, ela aumentou exponencialmente seu número de seguidores e algumas pessoas sugeriram que ela também comesse a usar seu perfil para divulgar seus serviços como psicóloga clínica. Considerando o Código de Ética do Psicólogo, caso Carla decida usar seu perfil para divulgação dos seus serviços profissionais, ela deverá se atentar para:

- Garantir resultados a partir das sessões realizadas.
- **Apresentar informações claras sobre a sua qualificação profissional e em quais áreas atua. – OPÇÃO CORRETA**
- Oferecer, inicialmente, sessões experimentais gratuitas ou a preços mais baixos que os comumente praticados para atrair possíveis clientes.
- Aproveitar a oportunidade de se autopromover e demonstrar sua competência quando comparada a outros profissionais de diferentes abordagens psicológicas.

Questão 05

João foi condenado a vinte anos de prisão, em regime fechado, por homicídio duplamente qualificado. Após um ano de cumprimento da pena, ele tem apresentado sinais de sofrimento psíquico. Considerando o que é preconizado pelo Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), assinale a afirmativa correta.

- João deverá ser imediatamente transferido para uma unidade psiquiátrica, independentemente da avaliação do PAI-PJ.
- João não poderá receber qualquer acompanhamento pelo PAI-PJ, porque está submetido à pena privativa de liberdade.
- Deve-se ignorar os sintomas psíquicos apresentados por João, pois o sistema penal exige que todos os presos cumpram pena antes de qualquer tratamento.
- **A equipe do PAI-PJ poderá receber o caso de João, tanto por determinação do juiz quanto por demanda espontânea, para proceder a avaliação psicossocial e jurídica, e identificar se é recomendada ou não a inserção dele no Programa. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 06

Mirna, 13 anos, autora de ato infracional, com determinação de ser matriculada e manter frequência obrigatória no nível fundamental II, está sendo acompanhada pelo psicólogo escolar e apresenta sintomas compatíveis com possível transtorno de bipolaridade. Considerando o que é preconizado pelo Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), analise as afirmativas a seguir.

- I. O PAI-PJ não poderá ser acionado, uma vez que o Programa está estruturado apenas para adultos em sofrimento mental.
- II. O acompanhamento de Mirna, caso seja inserida no PAI-PJ, deverá ser através de metodologia adaptada à condição de pessoa em desenvolvimento.
- III. Deverá ser realizada a necessária articulação de rede de proteção, que será a mesma para qualquer adolescente que venha a integrar o Programa.
- IV. A partir das avaliações e acompanhamentos feitos pelo PAI-PJ, no caso de Mirna, podem ser sugeridas ao juizado medidas protetivas mais apropriadas ao caso.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- II e III, apenas.
- **II e IV, apenas. – OPÇÃO CORRETA**
- I, III e IV, apenas.

Questão 07

Luiz, diagnosticado com transtorno mental grave, foi absolvido por inimizabilidade em processo criminal e submetido à medida de segurança de internação em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP). Após dois anos, a equipe multiprofissional da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) emitiu parecer técnico recomendando a progressão para tratamento ambulatorial, destacando sua estabilidade clínica e adesão ao projeto terapêutico. O Ministério Público se opõe à progressão, argumentando riscos de reincidência. Com base nos princípios orientadores do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ) e na Política de Atenção Integral ao Louco Infrator (PAILI), é correto afirmar que:

- Deve-se manter a internação indefinidamente, pois a medida de segurança é imprescindível para garantir a ordem pública.
- A medida de segurança deve ser convertida em prisão domiciliar, mantendo-se a restrição de liberdade sem avaliação técnica.
- **A autoridade judicial deve fundamentar a decisão no parecer técnico da RAPS, com progressão para tratamento ambulatorial e monitoramento pela equipe multidisciplinar. – OPÇÃO CORRETA**
- A decisão judicial deve priorizar apenas o parecer do Ministério Público, por representar o interesse social ao promover tratamento e monitoramento por equipe multidisciplinar.

Questão 08

Pedro, pessoa com diagnóstico de esquizofrenia, foi submetido à medida de segurança de internação em um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) após ser considerado inimputável. Após oito meses de internação, a equipe multidisciplinar da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) elaborou um parecer técnico concluindo que seu estado de saúde está estável e que não há mais necessidade de tratamento em regime de internação, recomendando o tratamento ambulatorial. O defensor público requer imediatamente ao Juízo da Execução Penal a extinção da medida de segurança. De acordo com o disposto na Resolução CNJ nº 487/2023, a conduta judicial correta é:

- Negar o requerimento, pois a medida de segurança tem prazo mínimo de um ano de internação, sendo prematura qualquer alteração antes desse período, conforme o art. 97 do Código Penal.
- Determinar a transferência de João para uma enfermagem psiquiátrica em presídio comum, como medida intermediária de segurança, até que se avalie definitivamente a possibilidade de progressão para o tratamento ambulatorial.
- Determinar a manutenção da internação no HCTP, uma vez que a equipe prisional relatou que João ainda apresenta comportamentos disruptivos esporádicos, devendo a decisão judicial priorizar a segurança do estabelecimento.
- **Converter imediatamente a medida de internação em tratamento ambulatorial, determinando o egresso de João e seu encaminhamento para acompanhamento pela RAPS, nos termos do parecer técnico, nos moldes do art. 13, §2º da Resolução. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 09

O juiz de execução penal de determinado Tribunal de Justiça recebe o caso de uma pessoa em medida de segurança há três anos em Hospital de Custódia Psiquiátrico (HCTP). O relatório da equipe técnica do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ) do tribunal identifica que o paciente está estável clinicamente, mas não há vagas em serviços residenciais terapêuticos da rede comunitária. O magistrado quer garantir o direito à desinstitucionalização, mas enfrenta resistência dos serviços municipais de saúde. Considerando o PAI-PJ como dispositivo conector entre o Judiciário e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a atitude mais adequada do programa é:

- Manter o paciente no HCTP até que o município espontaneamente ofereça o serviço adequado.
- Encaminhar o caso para a defensoria pública, para que entre com ação civil pública contra o município.
- Determinar judicialmente que o município cumpra imediatamente a vaga sob pena de multa sem mediação prévia.
- **Ativar sua função conectiva, articulando reuniões entre a equipe técnica judiciária, gestores da saúde municipal e representantes da RAPS para construir solução integrada. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 10

Tiago, pessoa com diagnóstico de transtorno mental, foi absolvido por inimizabilidade em um processo criminal e submetido à medida de segurança. A defesa argumenta que ele deve ter sua medida revisada com base em uma avaliação psicossocial que demonstre sua reinserção social, enquanto o Ministério Público insiste na manutenção da internação com base em laudo psiquiátrico que atesta sua “periculosidade”. Esse caso ilustra o tensionamento entre paradigmas no direito e na saúde mental, envolvendo discussões sobre periculosidade e presunção de sociabilidade. Com base no exposto, assinale o fundamento correto para a tese da defesa explicitada no caso.

- A internação é a única medida terapêutica eficaz, conforme previsto no Código Penal, sendo irrelevante a avaliação do contexto psicossocial do indivíduo, uma vez que o foco é o tratamento da doença mental que o tornou perigoso.
- A manutenção da internação é justificável, pois a periculosidade é um conceito científico e objetivo, devidamente caracterizado pelo laudo psiquiátrico, que deve prevalecer sobre qualquer outra avaliação para garantir a segurança da sociedade.
- A decisão deve ser baseada exclusivamente no parecer de um psiquiatra forense, pois a perícia médica é o instrumento técnico mais confiável para avaliar o risco de reincidência criminal, independentemente do tempo de internação ou do contexto social do indivíduo.
- **O conceito de periculosidade, herdado do século XIX, é um constructo jurídico sem base científica sólida que sustenta práticas estigmatizantes e de segregação, devendo ser substituído por uma presunção de sociabilidade que priorize a avaliação psicossocial e a reinserção na comunidade. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 11

Mateus, egresso do sistema prisional, se inscreveu em um concurso público para o cargo de vigilante municipal. No edital constava a cláusula de que seriam eliminados os candidatos que tivessem “antecedentes criminais incompatíveis com a função”, citando genericamente crimes contra o patrimônio. Mateus foi aprovado nas provas e etapas, mas teve sua inscrição anulada pela administração pública com base exclusiva no seu histórico criminal, sem qualquer análise individualizada de sua situação atual. Com base nas discussões contemporâneas sobre a execução penal e os direitos do egresso, é correto afirmar que a conduta da administração pública ilustrada no caso hipotético é:

- Legal e legítima, pois a função de vigilante exige confiança absoluta, e a lei permite restrições baseadas em antecedentes, caracterizando uma presunção de periculosidade absoluta justificável pela natureza do cargo.
- Problemática, porque aplica uma presunção de sociabilidade ao egresso, presumindo que ele está automaticamente recuperado, o que desconsidera a potencialidade de reincidência e coloca em risco a segurança pública.
- Correta, porque se fundamenta no princípio da presunção de inocência, que protege o cidadão até o trânsito em julgado da sentença, mas que, uma vez condenado, permite que seus antecedentes sejam usados indiscriminadamente para restrições de direitos.
- **Illegítima**, e viola os princípios da individualização e da não-culpabilidade, pois se baseia em uma presunção de periculosidade relativa, que, embora admita contestação, foi aplicada de forma automática e generalizante sem avaliar a personalidade atual do candidato. – OPÇÃO CORRETA

Questão 12

Joaquim, 32 anos, foi diagnosticado com esquizofrenia. Está cumprindo medida de segurança em um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) desde 2019 e, em 2024, foi solicitada a revisão do processo. Considerando a reforma psiquiátrica e a política de saúde mental no Brasil, assinale a afirmativa correta.

- I. Joaquim poderá ser mantido no HCTP por tempo indeterminado, sem necessidade de revisão, caso o parecer do médico psiquiatra responsável assim determine.
- II. Joaquim, enquanto estiver internado no HCTP, deve ter um Projeto Terapêutico Singular (PTS) elaborado, articulado à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).
- III. O Projeto Terapêutico Singular (PTS) de Joaquim tem como foco a alta planejada e a reabilitação psicossocial assistida em meio aberto, e devem ser apresentadas em seu processo ou em audiência judicial, contando com a participação de todas as partes envolvidas no PTS.
- IV. A solicitação de revisão da medida e a desospitalização de Joaquim estão corretas, uma vez que a internação deve ser medida de exceção, utilizada apenas quando os recursos comunitários se mostrarem insuficientes.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- III, apenas.
- II e IV, apenas.
- II, III e IV, apenas. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 13

A, sexo masculino, 17 anos, apreendido por envolvimento em ato infracional, foi encaminhado ao sistema socioeducativo. Durante avaliação, a equipe técnica verificou que ele está em sofrimento psíquico. Além disso, também foi identificada a fragilidade dos vínculos familiares de A, que sequer concluiu o ensino fundamental, entre outras questões observadas no processo de avaliação. Considerando a política de articulação de rede e o contexto da política de saúde mental no Brasil, analise as afirmativas a seguir.

- I. O adolescente poderá ser inserido no Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), que deverá atuar como conector entre o sistema jurídico e as redes de proteção e as políticas intersetoriais.
- II. A articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é necessária, em especial devido ao quadro de sofrimento psíquico.
- III. É preciso realizar articulações com a rede de proteção socioassistencial, dada a fragilidade dos vínculos familiares.
- IV. Em função do quadro de sofrimento psíquico, a internação psiquiátrica deve ser obrigatória.

Está correto o que se afirma apenas em

- III.
- I, II e III. – **OPÇÃO CORRETA**
- I, II e IV.
- II, III e IV.

Questão 14

Em determinado Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), a equipe multiprofissional discute o acompanhamento de um usuário cujos relatos são fragmentados e repletos de detalhes de sua história de vida. Há divergências sobre como conduzir o caso: alguns defendem a aplicação de um protocolo padronizado de anamnese; outros propõem uma escuta mais aberta às produções singulares do sujeito. Um profissional lembra sobre a construção do caso clínico na interface entre psicanálise e saúde mental. Considerando o exposto, bem como a contribuição da psicanálise para a construção do caso clínico no contexto da saúde mental, assinale a afirmativa correta.

- A formulação do caso clínico deve focar exclusivamente na eliminação dos sintomas por meio de intervenções medicamentosas e comportamentais, restabelecendo o estado anterior à crise.
- A construção do caso clínico deve seguir rigorosamente os manuais diagnósticos (CID/DSM), priorizando a categorização dos fenômenos observáveis para garantir a objetividade e a padronização do tratamento.
- A elaboração do caso clínico é resultado de uma anamnese detalhada que compila acontecimentos e procedimentos em uma sequência preestabelecida, resultando em uma súmula psicopatológica padronizada.
- A construção do caso clínico é um arranjo dos elementos do discurso do sujeito que visa extrair da história relatada a direção do caso, articulando o sujeito do inconsciente com seu sintoma e priorizando sua responsabilização. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 15

Em certo Serviço Residencial Terapêutico (SRT), uma equipe multiprofissional debate a melhor forma de conduzir o cuidado de um usuário com histórico de longas internações psiquiátricas e diagnósticos complexos. Enquanto alguns defendem a aplicação estrita de protocolos baseados em classificações diagnósticas (como o DSM), outros argumentam que é necessário um método que priorize a escuta singular do sujeito e sua inserção na rede de cuidados. A respeito da importância da construção do caso clínico, a psicanálise é uma contribuinte de excelência para a prática em saúde mental. Assinale a alternativa que descreve tal contribuição de forma correta.

- A principal contribuição da psicanálise é a medicalização precisa do sofrimento psíquico, garantindo que a equipe priorize a estabilização farmacológica como condição para qualquer intervenção psicossocial.
- A psicanálise deve ser aplicada de forma isolada, restringindo-se ao *setting* analítico tradicional, pois sua eficácia depende da neutralidade e da abstinência do analista, incompatíveis com o trabalho interdisciplinar.
- A psicanálise propõe a substituição completa dos diagnósticos psiquiátricos por categorias psicanalíticas clássicas (como neurose e psicose), desconsiderando a necessidade de integração com saberes médicos e sociais.
- A “construção do caso clínico” é um método que permite à equipe interdisciplinar escutar o sujeito para além do diagnóstico, articulando história, discurso e singularidade para orientar o cuidado, sem impor um saber prévio sobre o caso. – OPÇÃO CORRETA

Questão 16

Lívia, 29 anos, moradora de rua, faz uso de álcool e *crack*, foi abordada por Beatriz, psicóloga que compõe a equipe do Consultório na Rua. Nos atendimentos, Beatriz tem trabalhado com Lívia sobre a possibilidade de ela ser encaminhada para o CAPS AD, entre outros serviços e programas possíveis, uma vez que Lívia diz não conseguir abandonar o uso do *crack* e das bebidas alcoólicas. Considerando o caso hipotético e a política de redução de danos, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Rede de Atenção Psicossocial deve atuar para a redução de danos provocados por consumo de *crack*, álcool e outras drogas.
- II. A política de redução de danos carece de regulamentação no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo questionada pela população e por familiares de usuários de *crack*, álcool e outras drogas, que entendem ser a melhor alternativa a internação compulsória para o tratamento efetivo.
- III. As ações voltadas para a redução de danos sociais e a saúde visam reduzir os riscos associados, tais como transmissão de HIV, hepatites e outras doenças, sem necessariamente intervir na oferta ou no consumo.
- IV. As estratégias de redução de danos focam exclusivamente nas ações informativas, de educação e aconselhamento.

Está correto o que se afirma apenas em

- III.
- I e III. – OPÇÃO CORRETA
- I e IV.
- II e III.

Questão 17

O III Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD III), realizado em 2023 pela Universidade Federal de São Paulo, estimou que cerca de 9,3 milhões de brasileiros com 14 anos ou mais fizeram uso de cocaína, ao menos, uma vez na vida. Ressaltam que houve, entre 2012 e 2023, um aumento significativo, passando de 3,88% da população em 2012 para 5,38% em 2023. Das pessoas entrevistadas, 74,8% dos usuários atendem aos critérios clínicos de Transtorno Aditivo. Além disso, também identificou que existe uma percepção elevada da relação entre tráfico e desordem urbana, o que traz implicações para as políticas públicas de segurança e saúde. (UNIFESP, 2025) Considerando os dados indicados sobre o aumento na prevalência de dependência, o que indica, segundo o LENAD III, uma maior gravidade nos casos atuais, e sobre a Política Nacional sobre Drogas, assinale a afirmativa correta.

- A única ênfase no Plano Nacional de Políticas sobre Drogas é o combate ao tráfico de drogas, no âmbito da segurança pública.
- A única finalidade do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas é a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.
- Preconiza-se que deve ser promovido aos usuários ou dependentes de drogas o acesso a todos os serviços públicos, ampliando as alternativas possíveis de inserção social e econômica, entre outras ações. – OPÇÃO CORRETA
- A prevenção do uso de drogas, a atenção e a reinserção social dos usuários ou dependentes de drogas requer ações interdisciplinares, bem como a integração de programas e projetos exclusivos das entidades públicas nas áreas de saúde, educação, previdência, entre outras.

Questão 18

Considerando o aumento do uso e a dependência de cocaína, conforme dados do III Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD III), um município decidiu implantar um programa intersetorial voltado para a redução de danos sociais e à saúde decorrentes do uso de drogas. Com base na política de redução de danos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O programa para redução de danos deverá ser desenvolvido em todo espaço de interesse público em que ocorre ou possa ocorrer o consumo de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, ou para onde se reportem os seus usuários.
- II. Dentre as estratégias de redução de danos devem ser incluídas as iniciativas relacionadas ao consumo de bebidas alcoólicas, devendo ser articuladas intersetorialmente, potencializando os efeitos da promoção à saúde.
- III. As ações de redução de danos não são aplicadas no âmbito penitenciário ou de qualquer instituição que mantenha pessoas que foram submetidas à privação de liberdade.
- IV. O tratamento para a dependência deve ser obrigatório.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- **I e II, apenas. – OPÇÃO CORRETA**
- I e IV, apenas.
- I, II e III, apenas.

Questão 19

Antônio, 35 anos, inicia uma sessão de psicanálise se queixando de “sentir um vazio constante” e de repetir padrões em seus relacionamentos que o levam ao sofrimento. Durante as sessões, ele frequentemente se surpreende ao dizer palavras que não eram as que pretendia usar ou conta sonhos fragmentados com imagens desconexas. O analista, ao ouvi-lo, não se atém apenas ao conteúdo manifesto das queixas, mas se interessa especialmente pelos deslizos de linguagem, pelas repetições de palavras e pelas rupturas em sua narrativa. Considerando o *setting* psicanalítico descrito, a concepção de linguagem que orienta a escuta do analista é baseada na premissa de que:

- A função primordial da linguagem é a comunicação adaptativa, e seus desvios devem ser corrigidos para restaurar a funcionalidade do paciente.
- A linguagem é um sistema de signos transparente e estável, no qual cada palavra corresponde precisamente a um significado consciente e intencional.
- **A linguagem é o *medium* do inconsciente, estruturado como uma rede de significantes no qual o sujeito se constitui, e seus lapsos e repetições revelam uma verdade inconsciente. – OPÇÃO CORRETA**
- A linguagem expressa diretamente as emoções e pensamentos do ego, e sua análise deve focar no conteúdo latente para promover *insights* inconscientes e cognitivo-comportamentais.

Questão 20

Ana, 42 anos, chega ao consultório psicanalítico com queixas de ansiedade generalizada e uma sensação de “vazio existencial” que persiste há anos. Ela relata que já passou por diferentes tratamentos e leituras de autoajuda, sem encontrar alívio duradouro. Durante as sessões, o analista observa que Ana repete certos padrões de fracasso em suas relações profissionais e afetivas, mas também nota que ela desenvolveu, ao longo da vida, uma prática singular de escrever poemas obscuros que, segundo ela, “a mantêm viva”. O analista, orientado pela clínica psicanalítica contemporânea, não busca eliminar o sintoma, mas interrogar sua função e conexão com a singularidade do sujeito. Considerando o quadro hipotético apresentado e a orientação da clínica psicanalítica dos nós e da invenção sintomática, a intervenção do analista deverá priorizar:

- A interpretação do sintoma como representante de um conflito intrapsíquico inconsciente específico, decifrando seu significado simbólico universal.
- O encaminhamento para avaliação psiquiátrica para possível medicamento, visto que a persistência do sintoma sugere base neuroquímica predominante.
- O banimento progressivo do sintoma (ansiedade e vazio) por meio de técnicas de dessensibilização e reestruturação cognitiva, visando à adaptação social.
- **A investigação da função do sintoma e sua articulação com a invenção singular do sujeito (os poemas), visando à transformação do sofrimento em uma solução criativa própria. – OPÇÃO CORRETA**

LÍNGUA PORTUGUESA**IA no Judiciário: superassistente de redação e aliada na busca por coerência**

No debate cada vez mais intenso sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) na atividade jurisdicional, é preciso recusar os extremos – tanto o entusiasmo ingênuo quanto o ceticismo paralisante. A IA, quando compreendida com responsabilidade, não é juíza, não é parte, não é intérprete moral. É, antes de tudo, uma superassistente de redação: precisa, veloz, incansável e desprovida de paixões.

Não ignoro que muitos dos críticos da IA, especialmente os de formação filosófica, não o fazem por desprezo irracional à técnica, mas por desconfiança epistemológica. Argumentam que há uma tendência perigosa entre os entusiastas da IA de ignorar os paradigmas fundantes da filosofia do Direito, como o embate entre cognitivismo e não cognitivismo, ou os conflitos entre conceitos como verdade correspondencial e livre convencimento motivado. Essa crítica é válida – e deve ser levada a sério.

Mas ela não esvazia o valor prático da IA como ferramenta de apoio. Ao contrário: se bem programada, auditável e alimentada por fontes qualificadas, a IA pode colaborar com o ideal que muitos desses mesmos filósofos tanto prezam – a coerência e a integridade no Direito, como nos ensina Dworkin com seu juiz Hércules.

Afinal, que prejuízo real à integridade da decisão haveria se a IA nos oferece, com rapidez exponencial, acesso à jurisprudência, doutrina e legislação, ajudando-nos a enxergar o que talvez o cansaço ou o volume processual nos fariam deixar passar? O que ela entrega não é solução automática – é clareza, organização e amplitude. Não é substituição – é reforço.

Mais do que isso: a IA pode ser instrumento para corrigir deficiências estruturais que já marcam a prática forense cotidiana. Quantas decisões carecem de fundamentação adequada? Quantas petições repetem fórmulas sem articulação lógica entre os pedidos e os argumentos? Nesse cenário, a IA não apenas auxilia o julgador, mas também contribui para elevar o nível técnico da atividade dos próprios operadores do Direito, oferecendo modelos mais bem estruturados, alertando para omissões e sugerindo padrões argumentativos consistentes.

É verdade que a IA “não estudou cinco anos”, como se diz, mas é igualmente verdadeiro que foi alimentada com séculos de produção intelectual humana – inclusive com os 2.500 anos de filosofia que alguns acreditam estarem sendo desprezados. Isso não a torna melhor que o ser humano, tampouco apta a decidir. Apenas a torna útil. Potente. Uma aliada.

O problema, portanto, não está na ferramenta, mas no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz. Isso seria, de fato, um erro. A IA não interpreta, não pondera, não responsabiliza. Ela apenas oferece, ao julgador, o que todo bom profissional precisa: um arsenal confiável de informações, ordenadas com coerência.

Não deixa de ser curioso que muitos dos que mais criticam a IA também já deslegitimam, por princípio, a atuação judicial contemporânea. Como esperar, então, que acolham bem uma ferramenta que, ironicamente, pode fortalecer o que há de melhor no ofício de julgar?

Por isso, sigo afirmando: a IA não entrega decisões, mas contribui para sua fundamentação. Ajuda a evitar omissões, a reduzir contradições, a alinhar decisões a um padrão jurisprudencial. Como toda boa ferramenta, não pensa por você, mas pode pensar com você. E isso, em um mundo cada vez mais saturado de volume e urgência, é uma virtude.

(Clóvis Moacyr Ramos – Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Revista JC, 10 de setembro de 2025.)

Questão 21

Acerca do título do texto, pode-se afirmar que:

- Identifica-se uma proposição seguida de afirmação.
- **É possível identificar posicionamento específico do enunciador acerca do tema apresentado. – OPÇÃO CORRETA**
- O emprego generalizado da referência à expressão “IA” indica a abrangência e atualidade do tema.
- O exagero no emprego da expressão “superassistente” indica uma quebra de expectativa mediante o uso da linguagem formal.

Questão 22

No 1º§ do texto, considerando a pontuação de acordo com a norma padrão da língua, pode-se afirmar que:

- **O travessão poderia ser substituído, sem prejuízo gramatical, por dois pontos. – OPÇÃO CORRETA**
- A primeira ocorrência de vírgula do parágrafo exemplifica uma inadequação gramatical, já que separa sujeito e predicado.
- Caso a expressão “[...] quando compreendida com responsabilidade, [...]” fosse excluída, a vírgula após a expressão “A IA” seria mantida.
- O segmento “[...] precisa, veloz, incansável e desprovida de paixões.” demonstra o emprego de vírgulas para separar elementos que têm diferentes funções sintáticas.

Questão 23

O segmento “[...] *quando compreendida com responsabilidade* [...]” (1º§) indica, no contexto, que:

- A compreensão só é possível quando atrelada à responsabilidade.
- Há oposição às negativas apresentadas em “[...] *não é juíza, não é parte, não é intérprete moral.*” (1º§).
- A compreensão de assuntos referentes à tecnologia depende da responsabilidade de quem a pratica.
- Há um pressuposto para que a IA seja reconhecida com as características enumeradas em “[...] *precisa, veloz, incansável e desprovida de paixões.*” (1º§). – OPÇÃO CORRETA

Questão 24

Pode-se afirmar que apresenta marca linguística que evidencia a voz do enunciador do texto, o trecho destacado em:

- “Mas ela não esvazia o valor prático da IA como ferramenta de apoio.” (3º§)
- “Não ignoro que muitos dos críticos da IA, especialmente os de formação filosófica, [...]” (2º§) – OPÇÃO CORRETA
- “Argumentam que há uma tendência perigosa entre os entusiastas da IA de ignorar os paradigmas fundantes da filosofia do Direito, [...]” (2º§)
- “Ao contrário: se bem programada, auditável e alimentada por fontes qualificadas, a IA pode colaborar com o ideal que muitos desses mesmos filósofos tanto prezam [...]” (3º§)

Questão 25

Em “Afinal, que prejuízo real à integridade da decisão haveria se a IA nos oferece, [...]” (4º§), haverá correção gramatical e preservação do sentido original se:

- O acento grave for omitido.
- O termo “que” for substituído por “cujo”.
- O termo “Afinal” for substituído por “Todavia”.
- A expressão “prejuízo real” for substituída por “real prejuízo”. – OPÇÃO CORRETA

Questão 26

Em “Não ignoro que muitos dos críticos da IA, especialmente os de formação filosófica, não o fazem por desprezo irracional à técnica, mas por desconfiança epistemológica.” (2º§):

- Os termos destacados exercem função sintática equivalente.
- A conjunção adversativa introduz uma possibilidade para a fundamentação da crítica referida.
- É possível reconhecer que uma das orações exerce função sintática equivalente a do objeto direto.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas. – OPÇÃO CORRETA

Questão 27

Dentre as afirmativas a seguir, assinale a que apresenta forma adequada de reescrita com a manutenção do sentido original, considerando o segmento “O problema, portanto, não está na ferramenta, mas no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz.” (7º§).

- Imaginar que a IA, virá para substituir a atividade intelectual do juiz, é uma questão própria de quem a teme.
- O problema, portanto, não está na ferramenta, mas sim em quem a teme ao imaginar que: a IA virá para substituir a atividade intelectual de um juiz.
- O problema, logo, não está na ferramenta, senão no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz. – OPÇÃO CORRETA
- Sabendo-se que o problema não está relacionado a ferramenta, mas no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz.

Questão 28

A expressão destacada em *“No debate cada vez mais intenso sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) na atividade jurisdicional, é preciso recusar os extremos – tanto o entusiasmo ingênuo quanto o ceticismo paralisante.”* (1º§) não foi empregada de acordo com a norma padrão da língua em:

- **É preciso os documentos para o cadastro. – OPÇÃO CORRETA**
- É preciso qualidades de modelo para o trabalho.
- É preciso consciência para decidir corretamente.
- É preciso planos estratégicos para que a vitória seja alcançada.

Questão 29

A referência feita a *“[...] Dworkin com seu juiz Hércules.”* (3º§) indica:

- Sustentação para as críticas à IA.
- Contexto literário como quebra de expectativa.
- **Argumento que referencia a expressão anterior. – OPÇÃO CORRETA**
- Comprometimento da linguagem utilizada no texto.

Questão 30

Quanto à predominância de tempos verbais utilizado no texto, pode-se afirmar que:

- Não há predominância de tempo verbal, mas sim uma variação que atende ao desenvolvimento do texto.
- O futuro do presente do indicativo, como tempo predominante, tem como função indicar uma previsão diante do avanço da IA.
- O presente do indicativo é o tempo verbal predominantemente utilizado, indicando ações pontuais e realizadas no momento da enunciação.
- **O presente do indicativo é o tempo verbal predominantemente utilizado e seu emprego indica, principalmente, a atualidade das ações expressas. – OPÇÃO CORRETA**